



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



A ILEGALIDADE DOS JOGOS DE CASSINO ONLINE E SUAS CONSEQUÊNCIAS PATOLÓGICAS

Ana Carolina Vieira¹

Fernando Machado de Souza²

Rosele Marques Vieira³

Resumo

Este estudo analisa a legalidade dos jogos de azar online à luz da Lei de contravenções penais, considerando o crescimento desses jogos nas redes sociais brasileiras. O objetivo principal é avaliar a ilegalidade dos jogos de cassino online e suas consequências patológicas. Utilizou-se uma metodologia qualitativa e quantitativa, com revisão bibliográfica e análise de doutrinas, legislações e jurisprudência. Os resultados indicam uma lacuna na legislação, especialmente pela falta de definição clara entre apostas simples, jogos de sorte e aqueles manipulados para causar perdas. Ademais, o jogo de azar online expõe a população a sérios riscos financeiros e psicológicos. Nesse sentido, a compulsão pelo jogo leva o jogador a dar prioridade para suas apostas, em detrimento as necessidades familiares. Esse cenário exige uma resposta mais eficaz das autoridades, tanto em termos legislativos quanto no controle da propagação desses jogos. A pesquisa aponta a necessidade de regulamentação mais robusta para prevenir danos à sociedade. Notadamente, a criação de mecanismos de fiscalização, políticas de prevenção ao vício e a educação da população sobre os riscos do jogo devem ser parte integrante do processo regulatório e da implantação de políticas públicas, para prevenção e tratamento no atendimento dessa população, que vem crescendo de forma significativa no Brasil.

Palavras-chave: Jogos de azar; regulamentação; políticas públicas.

THE ILLEGALITY OF ONLINE CASINO GAMES AND THEIR PATHOLOGICAL CONSEQUENCES

Abstract

This study analyzes the legality of online gambling in light of the Brazilian Misdemeanor Law, considering the growth of these games on Brazilian social media. The main objective is to assess the illegality of online casino

¹ Mestranda junto ao Programa Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: anacarol901001@hotmail.com.

² Professor do Curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Email: fernandomachado@uems.br.

³ Professora do Programa Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: rosele@uems.br.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



games and their pathological consequences. A qualitative and quantitative methodology was used, with a literature review and analysis of doctrines, legislation, and case law. The results indicate a gap in the legislation, especially due to the lack of a clear definition between simple bets, games of chance, and those manipulated to cause losses. Furthermore, online gambling exposes the population to serious financial and psychological risks. In this sense, compulsive gambling leads players to prioritize their bets over family needs. This scenario demands a more effective response from the authorities, both in terms of legislation and in controlling the spread of these games. The research highlights the need for stronger regulation to prevent harm to society. Notably, the creation of oversight mechanisms, addiction prevention policies and public education about the risks of gambling must be an integral part of the regulatory process and the implementation of public policies for prevention and treatment in serving this population, which has been growing significantly in Brazil.

Keywords: Gambling; regulation; public policies.

1 Introdução

Nos últimos anos, observou-se um crescimento exponencial da divulgação dos jogos Online por meio das redes sociais, alcançando milhões de pessoas em diversas plataformas digitais. O aumento da popularidade desses jogos gerou preocupações sobre a eficácia das decisões judiciais que buscam proibir tais práticas. A dificuldade de desativar permanentemente sites de jogos de azar online, que freqüentemente voltam com novas identidades e domínios, evidencia as limitações do sistema legal em controlar esse fenômeno. O trabalho busca analisar essas lacunas e propor soluções para a efetividade da aplicação da legislação⁴.

A problemática é de relevante importância social, pois os jogos de azar online expõem a população a sérios riscos financeiros e psicológicos. Além dos prejuízos econômicos, esses jogos estão diretamente associados ao desenvolvimento de transtornos relacionados ao vício, como o jogo patológico. A análise das políticas públicas e da atuação do poder público é crucial para entender como o Brasil tem lidado com o crescimento dos jogos de azar na internet. Historicamente, o país tem enfrentado uma luta constante para regulamentar e controlar os jogos de azar, com medidas que vão desde a criação das

⁴ Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941).



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTERGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



primeiras loterias por D. João VI, em 1809, até as diversas tentativas de proibir e regulamentar o setor ao longo do século XX.

No início do século XX, a proibição dos jogos de azar foi estabelecida pelo Decreto-Lei nº 9.215, de 1946, mas a regulamentação das loterias começou apenas em 1967. A partir de então, diversos marcos legais foram estabelecidos, como a "Lei Zico" em 1993, que regulamentou o bingo, e a "Lei Pelé" em 1998, que vinculou o funcionamento de bingos a clubes esportivos, destinando parte da arrecadação para financiar o esporte. No entanto, as tentativas de regulamentação não impediram a expansão do jogo ilegal. Em 2000, a Lei Maguito, restringiu ainda mais o funcionamento de casas de bingo, mas a resistência do setor, apoiada em decisões judiciais liminares, fez com que muitos bingos continuassem a operar. Esse cenário evidencia a dificuldade do sistema jurídico brasileiro em lidar com práticas ilegais e a resistência de setores econômicos interessados no jogo como fonte de lucro.

O estudo também explora os efeitos sociais e econômicos dos jogos de azar, com especial atenção ao jogo patológico, visando esclarecer que apesar da falta de dados epidemiológicos nacionais consistentes, a literatura internacional aponta para o crescimento do vício em jogos em consonância com o aumento da disponibilidade de jogos de azar. A criação de serviços de apoio a jogadores viciados, como o Ambulatório de Jogo Patológico da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) é uma resposta à crescente demanda por tratamento. No entanto, a falta de profissionais capacitados para lidar com a questão e a escassez de estudos locais, dificultam a formulação de políticas públicas eficazes. Isso se reflete no aumento da comorbidade entre o vício em substâncias e o jogo patológico, indicando a necessidade de uma abordagem mais integrada no tratamento de dependências.

Além disso, o trabalho investiga o impacto das tecnologias no controle dos jogos de azar online. O aumento da popularidade de jogos virtuais e apostas digitais tem levado muitas empresas de jogos a operar em plataformas internacionais, o que dificulta a aplicação da legislação brasileira. A dificuldade de alcançar essas empresas, muitas das quais não estão sujeitas às leis brasileiras, gera um vácuo regulatório que permite que esses jogos proliferem, apesar das tentativas de proibição. Em função disso, o trabalho também busca entender se



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



as dificuldades para elaboração de uma regulamentação eficaz são mais relacionadas à falta de tecnologia ou à limitação das normas legais existentes, que muitas vezes não alcançam empresas situadas em outros países.

Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho é avaliar a ilegalidade dos jogos de cassino online e suas conseqüências patológicas. A metodologia adotada para esta pesquisa inclui uma abordagem qualitativa e quantitativa, com revisão bibliográfica e análise documental, além de estudos de casos e levantamento de decisões judiciais. A análise de jurisprudência e a revisão das doutrinas pertinentes também são fundamentais para compreender como o ordenamento jurídico brasileiro tem tratado os jogos de azar online e os desafios para sua regulamentação. A pesquisa ainda investiga a possível necessidade de uma nova abordagem legislativa, que considere as mudanças tecnológicas e a globalização das plataformas de jogo.

Por fim, este estudo visa não apenas contribuir para a compreensão da legislação brasileira sobre jogos de azar, mas também oferecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes. A questão dos jogos de azar online precisa ser tratada de forma mais abrangente, com ações coordenadas entre os setores públicos e privado, para proteger a sociedade dos prejuízos econômicos e psicológicos que esses jogos podem gerar.

Para atender ao objetivo proposto, este trabalho além da introdução estrutura-se em seis seções. Na seção 2. O jogo patológico: uma doença mental subestimada; seção 3. O papel dos cassinos online na potencialização do vício; na seção 4. O impacto social do jogo patológico: família, comunidade e criminalidade; na seção 5. O impacto econômico do vício em jogos de azar; na seção 6. A regulamentação dos cassinos online. Na última seção, constam as considerações finais.

2 O jogo patológico: uma doença mental subestimada

O jogo patológico, ou ludomania, é caracterizado pela compulsão incontrolável de jogar, apesar dos danos financeiros, emocionais e sociais que esse comportamento possa gerar. A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica essa condição como um transtorno do controle de impulsos, e a literatura científica aponta, que o jogo patológico pode resultar



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



em sérias conseqüências para a saúde mental, com comorbidades ,depressão, ansiedade, distúrbios de estresse pós-traumático e até suicídio. O vício pode afetar todas as áreas da vida de um indivíduo, desde a esfera social até a econômica, alterando suas relações familiares, profissionais e seu bem-estar geral.

Oliveira e Saad (2006) também afirmam que:

O jogo patológico também tem sido considerado um distúrbio do espectro impulsivo-compulsivo sem drogas, pois as sensações experimentadas por jogadores são descritas como similares às experimentadas por usuários e dependentes de drogas. É comum a comorbidade com patologias de caráter não-impulsivo, como os transtornos do humor e de ansiedade.

Embora tradicionalmente o jogo patológico fosse associado aos cassinos físicos, a evolução tecnológica e a popularização das plataformas digitais de jogo, como os cassinos online, têm proporcionado um cenário mais desafiador para o controle desse vício. O Instituto Humanitas- Unisinos (IHU), em pesquisa recente alega que, o vício em apostas online pode ser comparado a uma epidemia de saúde pública no ambiente virtual, os jogadores têm acesso ininterrupto aos jogos, podendo apostar a qualquer momento e em qualquer lugar. Essa facilidade de acesso aumenta as probabilidades de desenvolvimento do transtorno, uma vez que a prática do jogo se torna cada vez mais incontrolável. Em um ambiente online, o anonimato e a ausência de supervisão tornam-se fatores que potencializam o comportamento aditivo, com muitas pessoas se isolando ainda mais em sua compulsão.

3 O papel dos cassinos online na potencialização do vício

Com o advento da internet e a crescente digitalização das atividades humanas, os cassinos online se tornaram uma forma ainda mais acessível de entretenimento. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Departamento de Psiquiatria da Universidade de São Paulo aponta que o Brasil possui uma média de dois milhões de pessoas viciadas em jogos. Entretanto, especialistas como BERNIK et al.(1995) argumentam que este número pode ser muito maior no contexto dos jogos online, onde os jogadores têm acesso a plataformas que oferecem jogos contínuos, sem a necessidade de deslocamento físico até um cassino.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



A estrutura dos cassinos online favorece uma experiência de jogo que, para muitos, pode se tornar viciante. Os jogos são projetados para envolver o jogador de maneira intensa, usando técnicas de gamificação que aumentam a interação e a imersão, tornando os jogos mais atraentes e mais difíceis de abandonar. A fácil acessibilidade, o baixo custo de participação, e o design das plataformas contribuem para que os jogadores se envolvam por períodos prolongados, perdendo a noção do tempo e da quantidade de dinheiro investido. Esse ciclo viciante é acentuado pela utilização de recursos como "bônus de boas-vindas" e promoções contínuas, que incentivam o jogador a continuar apostando (Paparazzi, 2024).

Parazzi (2024) também alerta sobre a seguinte problemática:

O vício em jogos no Brasil está rapidamente se tornando uma das principais preocupações de saúde pública, ficando atrás apenas do vício em álcool e cigarro. A facilidade de acesso a cassinos online, a publicidade de plataformas de apostas e a falta de regulamentação adequada – especialmente nas redes sociais – contribuem para o rápido crescimento desse problema.

Portanto, é possível identificar que os jogos de cassino online por ser, de fácil acesso a população, o vício é intensificado em comparação com os jogos físicos de azar. Se, por um lado, o jogo físico envolve mais limitações naturais como o fechamento de um cassino, o cansaço físico e a necessidade de transporte o jogo online, pelo contrário, permite que o indivíduo permaneça jogando por horas a fio, sem interrupções ou fiscalização. Em muitos casos, os jogadores se tornam tão absorvidos pelo processo que deixam de perceber os sinais de alerta sobre o vício.

4 O impacto social do jogo patológico: família, comunidade e criminalidade

Os efeitos do vício em jogos de azar transcendem os impactos psicológicos e atingem diretamente o bem-estar social e econômico dos indivíduos e suas famílias. O jogo patológico muitas vezes resulta em endividamento significativo, que pode levar a sérios problemas financeiros, como a perda de bens materiais, o acúmulo de dívidas, e, em muitos casos, a falência. Esse endividamento, por sua vez, desencadeia um ciclo vicioso que



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



prejudica ainda mais a saúde mental do jogador, exacerbando os sintomas de depressão, ansiedade e estresse (Garcia, 2024).

Segundo pesquisas realizadas pelo Banco ITAU (2024) os brasileiros gastaram R\$ 68,2 bilhões em casas de apostas online nos últimos 12 meses e só um ganho de R\$ 23,9 bilhões pela plataforma. Gastos expressivos para a população brasileira que ganha em média 1 (um) salário mínimo ao mês. O que demonstra um gasto que compromete boa parte dos salários dos brasileiros, que seriam destinos a alimentação e gastos fixos habituais e do núcleo familiar.

Em muitos casos, as relações familiares sofrem um desgaste significativo devido ao comportamento impulsivo do jogador. O vício em jogos de azar pode resultar em desconfiança, brigas, separações e até mesmo o abandono da família, já que o jogador compulsivo muitas vezes prioriza suas apostas em detrimento das necessidades da sua casa. O impacto do vício se reflete também nos filhos, que podem sofrer com a instabilidade emocional e financeira do ambiente familiar, afetando seu desenvolvimento psicológico e educacional (Silva, 2010).

Nesse sentido, percebe-se que impacto no núcleo familiar, o vício em jogos de azar também gera efeitos negativos nas comunidades, isso porque, os indivíduos que estão no auge de seu vício recorrem a práticas criminosas, como fraudes, furtos e outros crimes, para conseguir sustentar o vício. Assim sendo, o aumento da criminalidade relacionada ao jogo patológico irá resultar em maiores custos com segurança pública e sobrecarga do sistema judiciário e penitenciário.

Em pesquisa realizada pela Carta Capital (2024) aponta que, as ilhas de Curaçao, Gibraltar e nos Estados Unidos onde o jogo de azar é legalizado e mal regulamentado, a criminalidade associada a comportamentos de vício tem aumentado, com fraudes, falsificação e golpes cibernéticos. Ou seja, a vulnerabilidade dos jogadores, somada à falta de controle sobre o mercado de jogos online, contribui para a proliferação de comportamentos ilícitos.

5 O impacto econômico do vício em jogos de azar



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



Do ponto de vista econômico, o vício em jogos de azar representa um custo significativo para a sociedade conforme estudo realizado por Oliveira et al (2008) o impacto financeiro direto inclui não apenas a perda de recursos por parte dos jogadores, mas também os custos indiretos associados ao tratamento do transtorno, à recuperação de dívidas e ao aumento das taxas de criminalidade, assim como as despesas com saúde mental que é outro custo importante, já que na maioria dos casos o tratamento do vício requer terapia intensiva, medicação e suporte psicológico contínuo.

Ademais, segundo dados do Ministério da Saúde (2023) os números de atendimentos ambulatoriais de jogos patológicos, mostram um aumento significativo em 2022, com 841 atendimentos, e em 2023 o número quase dobrou para 1.290, e até o mês de julho de 2024, já foram registrados 2.406 atendimentos. Dessa forma, observa-se que os custos governamentais como os vícios em jogos de aposta estão aumentando e, conseqüentemente, é necessário mais políticas públicas de prevenção e tratamento.

Estudos realizados pela ABRASEL (2024) mostram que os transtornos relacionados ao jogo de azar causam uma queda na produtividade laboral, com aumento nas taxas de absenteísmo, diminuição da qualidade do trabalho e, frequentemente, o desemprego. Em análise a essa pesquisa é possível verificar que as famílias dos jogadores também enfrentam perdas econômicas significativas, uma vez que o vício compromete a capacidade do jogador de gerar renda e sustentar as necessidades básicas de seus dependentes.

Para o judiciário e setor de segurança pública em geral, o custo social indireto também é evidenciado pelo aumento de processos judiciais relacionados aos cassinos online, isso porque, segundo investigações do Ministério Público, publicado em notícia pela Gazeta do povo (2024) relata que 80 investigações contra sites e empresas de apostas online, em todo o Brasil, segundo levantamento vários cassinos online viraram instrumentos de facções criminosas como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) e de bicheiros para lavar dinheiro e para arrecadar recursos em jogos onde o apostador sempre sai perdendo. Portanto, é inequívoco que as brechas da falta de regulamentação adequada é utilizada para crimes financeiros.



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



6 A regulamentação dos cassinos online

A regulamentação dos cassinos online no Brasil deve ser pensada não apenas como uma forma de gerar receitas fiscais, mas também como uma maneira de proteger a saúde pública e os direitos dos consumidores, especialmente no que diz respeito aos riscos associados ao vício em jogos de azar. De acordo com estudos de Silva e Oliveira (2008), o vício em jogos de azar (ludomania) é uma condição prevalente no país, afetando milhões de brasileiros, com consequências devastadoras para os indivíduos e suas famílias. A proliferação dos cassinos online, sem uma fiscalização rigorosa, pode agravar ainda mais esse problema, uma vez que essas plataformas oferecem acesso constante ao jogo, promovendo comportamentos aditivos.

A pesquisa de Parazzi (2024) destaca que o fácil acesso, a anonimidade e a possibilidade de jogar a qualquer hora são fatores que aumentam significativamente o risco de vício, principalmente entre jovens e pessoas com predisposição psicológica.

Além disso, a regulamentação precisa ser eficaz para impedir a prática de fraudes e garantir a transparência nas operações dos cassinos online. Atualmente, não há mecanismos claros para assegurar que os jogos oferecidos sejam justos e que os resultados não sejam manipulados para prejudicar os jogadores.

Em países como o Reino Unido e Portugal, a regulamentação do jogo online é um processo bem estruturado, com órgãos responsáveis pelo licenciamento e monitoramento das plataformas, a imposição de limites de apostas, o controle das transações financeiras e a implementação de ferramentas de autoexclusão para jogadores compulsivos (Alternar,2024).

O Brasil ainda carece de um modelo similar que permita controlar as plataformas operando no país e que proteja adequadamente os consumidores dos riscos relacionados aos jogos de azar. Como se observa na pesquisa do parágrafo anterior, a regulamentação internacional bem-sucedida, como a do Reino Unido, pode servir como modelo para o Brasil, desde que adaptada à realidade local, levando em consideração a cultura e as características do mercado brasileiro.

A criação de uma agência reguladora específica para os jogos de azar online é essencial para garantir que os cassinos virtuais operem de maneira transparente e legal, com



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



um sistema de licenciamento robusto que permita a fiscalização contínua das operações. O Projeto de Lei 442/1991 pretende regulamentar os “jogos de fortuna” com função de estabelecer requisitos claros para os operadores de cassino, incluindo a necessidade de garantir a segurança e a proteção dos dados dos jogadores, além de garantir que as plataformas não incentivem comportamentos prejudiciais, como o jogo excessivo ou irresponsável. A regulamentação também aborda questões relacionadas à segurança financeira, como o monitoramento das transações financeiras realizadas pelos jogadores, para prevenir práticas ilegais como a lavagem de dinheiro.

Portanto é notório que a criação de uma estrutura de fiscalização é fundamental, pois uma supervisão eficaz garante que as plataformas de cassino não utilizem práticas fraudulentas e que os jogadores sejam tratados de forma justa, conforme as leis brasileiras.

É fundamental que a legislação brasileira também preveja políticas específicas para prevenir e tratar o vício em jogos de azar, criando programas de conscientização e campanhas educativas sobre os riscos associados aos jogos online.

Conforme pesquisa de Jota (2024) no Reino Unido, por exemplo, as plataformas de jogo são obrigadas a exibir mensagens de alerta sobre o risco de vício e oferecem ferramentas que permitem que os jogadores definam limites de depósito e de tempo de jogo. Esses mecanismos ajudam a reduzir os danos causados pelo vício e garantem que o jogo seja uma atividade controlada e responsável. A implementação dessas medidas no Brasil pode ajudar a mitigar os danos causados pelo vício, além de fornecer suporte aos jogadores que já apresentam sinais de compulsão.

De acordo com estudo realizado pela revista Jurídico Brasil (2024), foi evidenciado que campanhas educativas podem desempenhar um papel importante na conscientização da população sobre os riscos do vício em jogos de azar e ajudar a reduzir a incidência de problemas relacionados ao jogo. Essa iniciativa poderia transformar o cenário brasileiro de jogos.

A fiscalização no ambiente online é um desafio ainda maior, pois as plataformas de cassino podem operar de forma remota, com servidores localizados fora do Brasil. Isso dificulta o trabalho das autoridades nacionais, que enfrentam a barreira da soberania



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



internacional das empresas e a falta de cooperação entre países em relação à regulação dos jogos de azar.

Uma possível solução seria a criação de acordos internacionais de cooperação entre os países que já possuem sistemas regulatórios mais avançados, como o Reino Unido e Portugal, para possibilitar o monitoramento e a fiscalização das plataformas que operam no Brasil. O Brasil poderia adotar ferramentas de bloqueio de sites de cassinos não licenciados e exigir que as plataformas de jogos online ofereçam informações claras sobre sua conformidade com a legislação brasileira. Como argumenta a Revista FT (2024), a cooperação internacional seria uma estratégia eficaz para superar as limitações impostas pela atuação transnacional no ciberespaço.

A introdução de um sistema de licenciamento para cassinos online também ajudaria a garantir que apenas plataformas idôneas, que sigam as normas e regulamentos, possam operar legalmente no Brasil. Esse sistema deveria incluir auditorias regulares para garantir que os operadores de cassino cumpram todas as normas de segurança e transparência, além de aplicar penalidades severas para as empresas que forem flagradas em infrações.

O licenciamento das plataformas também garantiria a arrecadação de impostos sobre as receitas geradas pelos jogos, o que contribuiria para o aumento das receitas fiscais e o financiamento de programas de prevenção ao vício. Segundo Ragazzo e Ribeiro (2012), a regulamentação do mercado de jogos de azar no Brasil poderia gerar uma significativa receita para o Estado, que poderia ser direcionada para programas de reabilitação e prevenção ao vício, além de ações de conscientização para a sociedade.

A regulamentação dos cassinos online, portanto, é uma questão urgente para o Brasil, que precisa equilibrar a geração de receita fiscal com a proteção da saúde pública e a segurança dos consumidores. Um modelo de regulamentação eficiente e responsável pode contribuir para o crescimento do setor, ao mesmo tempo em que, garante que as práticas de jogo online sejam realizadas de maneira justa e sem prejudicar os jogadores. Nesse sentido, é fundamental que o Brasil siga os exemplos de outros países, adaptando os melhores modelos internacionais de regulamentação e implementando uma estrutura de fiscalização eficaz que proteja a população e minimize os riscos associados ao jogo de azar online. Como



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



afirma Ragazzo e Ribeiro (2012), a regulamentação de jogos de azar online não é uma opção, mas uma necessidade urgente para proteger a sociedade e garantir a integridade das operações no país.

Em resumo, a regulamentação dos cassinos online no Brasil é uma necessidade urgente para garantir a transparência, a segurança e a justiça nas operações desse mercado. Para isso, é fundamental que o país desenvolva uma legislação clara e específica, crie uma agência reguladora dedicada e estabeleça mecanismos de fiscalização. Só assim será possível proteger os consumidores, prevenir o vício em jogos de azar e garantir que o mercado de cassinos online seja controlado de maneira responsável e ética, contribuindo ao mesmo tempo para o bem-estar social e o crescimento econômico do país.

6.1 O cenário atual da regulamentação dos cassinos online no Brasil

No Brasil, o mercado de jogos de azar ainda se encontra em um cenário de incerteza legal. A Constituição Brasileira de 1988, que proíbe o funcionamento de cassinos físicos, foi acompanhada por uma legislação que, em grande parte, tornou os jogos de azar ilegais em território nacional. No entanto, com o aumento da popularidade dos jogos de azar online, o Brasil se depara com um desafio maior, uma vez que as plataformas de cassino online operam em um espaço virtual onde as fronteiras geográficas e as regulamentações locais são mais difíceis de aplicar. Embora o Brasil tenha tentado combater os cassinos online, a legislação vigente não tem sido suficiente para controlar essa prática de forma eficaz. Isso ocorre, em grande parte, pela falta de um marco regulatório que aborde especificamente a operação de jogos de azar pela internet.

Enquanto a Lei Nº 9.215, de 30 de abril de 1946 continua a proibir os cassinos tradicionais, com exceção das apostas de loterias e do jogo do bicho (não regulamentado), a realidade digital mostra que os jogos online não param de crescer. Cassinos virtuais, muitas vezes hospedados em servidores fora do Brasil, oferecem uma ampla gama de jogos, desde roletas e *blackjack* até apostas esportivas, muitas vezes sem qualquer tipo de controle ou supervisão efetiva por parte das autoridades nacionais. Essa lacuna na regulamentação não



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



apenas compromete a arrecadação fiscal do Estado, mas também expõe os cidadãos a sérios riscos, como fraudes, falta de transparência e a proliferação de vícios.

6.2 Exemplos internacionais: o modelo de regulação no Reino Unido e em Portugal

Embora o Brasil ainda não tenha um sistema robusto para regulamentar os cassinos online, muitos países ao redor do mundo já implementaram estruturas regulatórias eficazes para controlar o mercado de jogos de azar online. Países como o Reino Unido e Portugal se destacam como exemplos de regulamentação avançada, com sistemas bem estabelecidos para garantir que as plataformas de jogos de azar operem de maneira ética e segura para os consumidores.

O Reino Unido é um dos líderes globais em termos de regulamentação de jogos de azar online. O país possui a *UK Gambling Commission* (Comissão de Jogos de Azar do Reino Unido), que foi estabelecida em 2007 para regular e licenciar todas as formas de jogo no país, incluindo os jogos de azar online. A comissão é responsável por garantir que os operadores de cassino online cumpram normas rígidas em relação à transparência, segurança do jogador e prevenção de vícios. Entre as suas principais atribuições, destacam-se a imposição de limites de apostas, a criação de ferramentas de autoexclusão para jogadores problemáticos e a exigência de que os operadores implementem medidas eficazes de segurança, como criptografia de dados e verificação de identidade (Jota, 2024).

Além disso, a UK Gambling Commission exige que todos os operadores licenciem suas plataformas, o que garante que os jogadores possam recorrer a uma autoridade competente caso sintam-se lesados. A comissão também realiza auditorias regulares e fiscalizações para garantir que as plataformas de cassino operem de acordo com as normas estabelecidas (Jota, 2024).

Portugal também avançou significativamente na regulamentação dos jogos de azar online, com a criação do Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos (SRIJ), órgão que regula todas as atividades de jogo no país. Desde a legalização dos jogos de azar online em 2015, o país implantou um modelo de licenciamento rigoroso, exigindo que os operadores de cassino online tenham uma licença válida para operar no mercado português. O modelo de



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



regulamentação de Portugal também se destaca pela abordagem focada na proteção dos jogadores, com a imposição de limites de apostas, a implementação de políticas de prevenção ao vício e o uso de ferramentas de autoexclusão SRIJ (2024).

Ambos os países se destacam pelo enfoque na transparência e na segurança do jogador, com sistemas de licenciamento e fiscalização eficazes que garantem um ambiente de jogo responsável e seguro. Dessa forma, tanto o Reino Unido quanto Portugal adotaram políticas que permitem o controle de transações financeiras e protegem os consumidores contra práticas fraudulentas.

6.3 A necessidade de uma agência reguladora no Brasil

O Brasil precisa desenvolver e estabelecer um sistema regulatório semelhante aos modelos do Reino Unido e de Portugal. Uma das medidas mais importantes seria a criação de uma agência reguladora específica para o controle dos cassinos online, com a missão de supervisionar e licenciar as plataformas de jogos de azar na internet. O Projeto de Lei 442/1991 tem como principais atribuições:

Licenciamento de operadores: As plataformas de cassino online que desejam operar no Brasil precisariam se registrar e obter uma licença emitida pela agência reguladora. Esse processo de licenciamento incluiria a verificação da legalidade da operação, a análise da segurança das plataformas e o cumprimento das normas de responsabilidade social e prevenção ao vício. **Monitoramento e fiscalização:** A agência seria responsável por realizar auditorias regulares nas plataformas de cassino online, garantindo que operem dentro das normas estabelecidas. Além disso, a fiscalização deveria abranger a verificação de transações financeiras, como depósitos e saques, para evitar fraudes e garantir que o sistema financeiro seja utilizado de forma segura. **Proteção ao consumidor:** A agência reguladora deveria adotar políticas para proteger os consumidores contra práticas abusivas, como a manipulação de jogos, a falta de transparência nas odds (probabilidades) e a exploração de jogadores vulneráveis. Além disso, deveria criar ferramentas para garantir que os jogadores possam se autoexcluir de plataformas de cassino, bem como implementar limites de apostas para prevenir o vício. **Educação e conscientização:** Um dos papéis mais importantes da agência reguladora seria promover campanhas de conscientização sobre os riscos do jogo excessivo e os sintomas do vício em jogos de azar. Essas campanhas deveriam atingir principalmente grupos vulneráveis, como jovens, idosos e pessoas com histórico de problemas de saúde mental.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



A aprovação de um sistema de regulação com essas diretrizes seria uma solução para resolver os problemas e condições inadequadas dos cassinos online, visto que, mesmo proibindo, eles ainda ocorrem e com frequência.

6.4 O desafio da fiscalização e controle das plataformas de cassino online

Uma das principais dificuldades que o Brasil enfrentaria ao criar uma estrutura de regulamentação para os cassinos online é a fiscalização efetiva das plataformas de jogos. Ao contrário dos cassinos físicos, que têm uma presença geográfica definida, os cassinos online operam em um ambiente digital global, onde muitas plataformas estão hospedadas em servidores localizados em outros países. Essa característica torna a fiscalização muito mais difícil, especialmente quando os cassinos não são licenciados por autoridades nacionais.

Para superar esse desafio, o Brasil poderia adotar práticas de colaboração internacional com outras autoridades reguladoras, como a International Association of Gambling Regulators (IAGR), que é uma rede global de reguladores de jogos. A troca de informações e a coordenação internacional poderiam ajudar a monitorar e controlar as plataformas de cassino online que operam no Brasil, garantindo que elas sigam as normas internacionais de segurança e responsabilidade.

Além disso, a criação de um sistema de monitoramento das transações financeiras também seria essencial. Plataformas que operam no Brasil poderiam ser obrigadas a usar sistemas de pagamento e transações que estejam sujeitos a auditorias e verificações regulares, o que dificultaria a lavagem de dinheiro e outras atividades ilícitas associadas aos jogos de azar.

6.5 O potencial de geração de receita e a necessidade de proteção social

Um dos principais argumentos a favor da legalização e regulamentação dos cassinos online no Brasil é a geração de receita fiscal. A regulamentação do setor poderia trazer uma nova fonte de arrecadação para o governo, que poderia ser utilizada para financiar políticas públicas, especialmente no que diz respeito ao tratamento de vícios em jogos de azar,



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



campanhas de prevenção e suporte a famílias afetadas. No entanto, essa geração de receita não pode ser vista como o único objetivo da regulamentação (Ragazzo e Ribeiro, 2012).

A proteção dos consumidores deve ser a prioridade máxima. O Brasil deve garantir que qualquer sistema de legalização e regulamentação de cassinos online seja equilibrado, levando em consideração tanto o potencial de arrecadação quanto os riscos sociais envolvidos. A criação de mecanismos de fiscalização rigorosos, políticas de prevenção ao vício e a educação da população sobre os riscos do jogo devem ser parte integrante do processo regulatório.

7 Considerações finais

A regulamentação dos cassinos online no Brasil é um desafio complexo, que exige uma abordagem cuidadosa e estratégica por parte das autoridades. Embora o país tenha potencial para gerar receitas significativas com a legalização do setor, é fundamental que a regulamentação seja orientada pela proteção do consumidor e pela prevenção dos danos sociais associados ao vício em jogos de azar. A criação de uma agência reguladora específica, a implementação de limites de apostas, a fiscalização rigorosa das plataformas de cassino online e as políticas de conscientização sobre o vício são etapas essenciais para garantir que a regulamentação dos jogos de azar online seja eficaz e responsável.

Os resultados mostraram que os jogos de azar online, expõem a população a sérios riscos financeiros e psicológicos. A compulsão pelo jogo leva o jogador a dar prioridade para suas apostas em detrimento às necessidades familiares. Levando o jogador a perda de bens materiais e acúmulo de dívidas. Nesse sentido, os gastos expressivos em jogos chamam atenção, considerando que boa parte dos brasileiros ganham em média 1(um) salário-mínimo por mês.

Quanto aos serviços de apoio aos jogadores viciados, verificou-se a falta de profissionais capacitados para lidar com situação e o tratamento, eficaz. Dessa forma, dificulta a formulação de políticas públicas, o que gera um aumento da comorbidade entre



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



vício em substâncias e o jogo patológico. Dessa forma, é necessário que a legislação brasileira, desenvolva políticas específicas para prevenir e tratar o vício em jogos de azar, criando programas de conscientização e campanhas educativas, no intuito de minimizar os riscos associados aos jogos online, que vem crescendo de forma significativa no Brasil.

Sugere-se que o Brasil elabore estruturas regulatórias eficazes para o controle dos jogos de azar online, a exemplo dos modelos adotados por países como o Reino Unido e Portugal que apresentam boas referências para a construção de um sistema regulatório brasileiro, no entanto, é essencial que o Brasil adapte essas práticas à sua realidade.

Espera-se que os resultados aqui apresentados, possam auxiliar na compreensão da importância do papel da legislação na execução de estruturas regulatórias, para a promoção de políticas públicas inclusivas, além de instigar novos questionamentos para trabalhos futuros.

Referências Bibliográficas

ABRASEL. Crescimento e apostas: o novo momento do setor de alimentação fora do lar. Revista ABRASEL, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://abrasel.com.br/revista/mercado/crescimento-bets/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ALTENAR. Gambling laws and regulations in Europe in 2024. Altenar, 2024. Disponível em: <https://altenar.com/po/blog/gambling-laws-and-regulations-in-europe-in-2024/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Ficha de tramitação da proposição nº 15460 de 2019. Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15460>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 442, de 1991. Dispõe sobre a exploração de jogos e apostas, conforme especifica. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=203164>. Acesso em: 20 jul. 2025.



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



CARTA CAPITAL. Como países regulamentam o mercado de apostas online. Carta Capital, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-paises-regulam-mercado-de-apostas-online/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

GARCIA, Felipe. Os efeitos nocivos dos jogos online. **Revista Pesquisa FAPESP**, 10 jul. 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-efeitos-nocivos-dos-jogos-on-line/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

GAZETA DO POVO. Crime organizado usa "bets" para lavar dinheiro do tráfico e de jogos ilegais. Gazeta do Povo, Curitiba, 9 out. 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/república/crime-organizado-usa-bets-para-lavar-dinheiro-do-trafego-e-de-jogos-ilegais/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ITAU. Macro Visão: Apostas online. 2024. Disponível em: https://macroattachment.cloud.itaubr.com.br/attachments/a77e92d9-319f-45ca-b657-6c721241804b/13082024_MACRO_VISA0_Apostas_on-line.pdf. Acesso em: 09 nov. 2024.

JOTA. Revisão da Lei de Jogos do Reino Unido. Jota, 2024. Disponível em: <https://www.jota.info/artigos/revisao-da-lei-de-jogos-do-reino-unido>. Acesso em: 10 nov. 2024.

JURÍDICO BRASIL. Conscientização sobre jogos de azar: o papel do Estado e das instituições jurídicas. Jurídico Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.juridicoBrasil.com/conscientizacao-sobre-jogos-de-azar-o-papel-do-estado-e-das-instituicoes-juridicas/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

OLIVEIRA, Maria; SILVEIRA, Dartiu; SILVA, Maria. Jogo patológico e suas consequências para a saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, SCIELO, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/cBvcQb39BvpcRTvrxmH6B5x/#>. Acesso em: 06 nov. 2024.

PARAZZI, Marcelo. Vício em jogos cresce no Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.marceloparazzi.com.br/blog/vicio-em-jogos-cresce-no-brasil/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

PORTUGAL. Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos – SRIJ. Órgão que regula todas as atividades de jogo em Portugal. Lisboa, [s.d.]. Disponível em: <https://www.srij.turismodeportugal.pt/>. Acesso em: 20 jul. 2025.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



RAGAZZO C.E. J; RIBEIRO,G.S.A.O dobro ou nada: a regulação de jogos de azar.**Revista Direito GV**:São Paulo,jul-dez, 2012.